

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA  
**MPV 783**  
**00049**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>06/062017</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 783/2017</b>
autor <b>Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)</b>	nº do prontuário <b>54337</b>
1. Supressiva    2. Substitutiva    3. Modificativa    4. Aditiva    5. Substitutivo global	
Página <b>01/01</b>	Parágrafo    Inciso    alínea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

**EMENDA ADITIVA**

*Inclua-se na Lei 9.841 de 27 de maio de 2009, inciso com a seguinte redação:*

**§ 4.º a multa e/ou penalidade, referente à GFIP, deverá ser paga no ato da entrega da declaração e, caso não seja entregue até 72 horas após o dia 07 do mês subsequente ao fato gerador, seja aplicada apenas quando sofrer a ação fiscalizatória, sem a retroação da aplicação dessas penalidades anteriores a 2013.**

**JUSTIFICAÇÃO**

Em todas as declarações entregues a Receita Federal em atraso, a multa/penalidade é aplicada instantaneamente no ato da entrega, no caso da GFIP essa multa nunca foi aplicada aos contribuintes, em nenhum momento foi cobrada, gerando uma expectativa ao contribuinte que deveria fazer a entrega, mas a qualquer momento, em especial as declarações “sem movimento”, pois não gera imposto a pagar, dando prioridade, no caso dos escritório contábil, nas demais empresas com geração do imposto (FGTS) que vence no mesmo dia da Declaração (GFIP) até o dia 7 do mês subsequente ao fato gerador, deixando pra fazer a entrega da declaração posterior pois a Receita nunca cobrou e não esta cobrando a multa no ato da entrega.

**PARLAMENTAR**

**ARNALDO FARIA DE SÁ**  
**Deputado Federal - São Paulo**



CD/17649.07902-74